

1 **Ata da Assembleia Geral Extraordinária, AGE, do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do**
2 **Adolescente (CMDCA) de Santos, realizada aos treze dias do mês de julho de dois mil e vinte, início às**
3 **oito e trinta em segunda chamada,** através de videoconferência por meio
4 do link: <https://join.skype.com/qwz1UM1IXUSB>. Participantes: Verificação da lista de presença acostada a
5 esta ata, feita oralmente e com registros no chat. Iniciada a reunião, a senhora Presidente, Suzete Faustina
6 dos Santos cumprimenta os presentes e coloca em pauta os itens a serem discutidos em assembleia: **1-**
7 **Apreciação e deliberação do Projeto Acompanhamento Social Settaport COVID-19 - Fundação**
8 **Settaport; 2- Apreciação de Deliberação sobre a renovação dos projetos financiados pelo FMDCA.**
9 **Item um – Deliberação sobre** o Projeto da Fundação Settaport referente a Pandemia. O projeto que foi
10 retirado da assembleia de dois de julho do corrente ano, AGO, para as adequações/reajustes solicitados,
11 expostos pela comissão nesta assembleia e aceitos os argumentos pela ótica dos demais conselheiros. O
12 Senhor Igor Braga Perrone, iniciou falando em nome da comissão e que nas complementações foi solicitado
13 que se distinguisse os beneficiados à cesta básica, fato que foi exposto na apresentação em Assembleia
14 Geral Ordinária, doravante AGO e em plenária para aprovação, sendo que o que mais deixou dúvidas foi a
15 questão da clareza de quem seriam os beneficiários do projeto que consistia no recebimento de cestas
16 básicas. Que embora quantificados num total de duzentos beneficiários, não estavam devidamente
17 qualificados, para que num possível cruzamento de dados possibilitasse saber se os mesmos, eventualmente,
18 já estariam sendo contemplados, beneficiados ou mesmos cadastrados em sistemas/listagens da Secretaria de
19 Desenvolvimento Social, doravante SEDS, da Secretaria de Educação, doravante SEDUC ou até mesmo pelo
20 Fundo Social de Solidariedade, doravante FSS. A Fundação reenviou os projetos com algumas alterações e
21 incluiu anexos para a nova análise da comissão, com o relatado que a principal questão na primeira
22 apresentação, em AGO, foi à falta de clareza em relação a quem seriam os beneficiados e nem os critérios
23 que seriam utilizados para a seleção dos mesmos. Mesmo com os anexos enviados e as readequações, a
24 situação apontada anteriormente, continuou sem clareza de acordo com a nova análise da comissão, pois
25 embora o projeto se refira a benefício para duzentas pessoas, conforme consta no mesmo e lista solicitada,
26 foi oferecida uma relação com hum mil seiscentos e setenta e sete nomes. Além do mais na lista com o mais
27 de mil e seiscentos nomes, não tinha o critério de como seria feita a seleção, não ficando clara a faixa etária,
28 perfil sócio econômico, território, ficando muito difícil fazer uma possível filtragem, configurando assim
29 apenas uma listagem de nomes. Na questão da ficha sócia econômica que foi enviada, também não foi
30 possível identificar o perfil social e econômico, mesmo com o espaço disponível para os devidos
31 assentamentos, colocar renda do responsável, de pai e mãe, mas não há os assentamentos da renda per capita
32 dos moradores da residência. Desta forma, além de não chegar à lista solicitada dos duzentos nomes e sim
33 uma lista mais ampla, com hum mil seiscentos, setenta e sete nomes e a ficha de dados que foi enviada
34 também era inconclusiva. O que também foi observado é que alguns nomes constantes na lista já estavam
35 sendo beneficiados pela SEDUC e SEDS, sendo assim o encaminhamento da comissão é para não aprovação,
36 deixando-se claro que a decisão não questiona a natureza ou importância do projeto, mas sim a falta de dados
37 de acordo com as solicitações feitas. Desta forma a comissão se coloca contra a aprovação do projeto. Dada
38 a palavra aos membros da comissão, os presentes Rita Raquel Vaz, Filipe Rezende e Wilson Bregochi Junior,
39 seguiram o parecer informado pelo relator da comissão. O Sr. Donald Verônico, solicitou a palavra e afirmou
40 que havia um critério sim de como seria feita a seleção, explicitou que desde o primeiro plano, foi colocado
41 que haveria necessidade de uma pessoa para auxiliar nesta seleção e que esta pessoa seria contratada a partir
42 da aprovação deste plano de trabalho, pois possuem milhares de atendimentos e essa pessoa seria a que faria
43 a seleção dos duzentos nomes entre o hum mil, seiscentos e setenta e sete nomes apresentados no momento e
44 a partir da contratação desta pessoa fariam o cruzamento com o CADÚNICO; e caso já estivessem inscritos
45 no CADÚNICO, não poderiam ser beneficiados, mas que para a viabilidade do projeto, não poderiam fazer o
46 filtro sem a contratação da referida pessoa, por isso a listagem foi enviada de forma generalizada, com todos
47 os atendimentos feitos pelos projetos da fundação. Na sequência a senhora Naira Alonso, reafirmou as
48 palavras do Senhor Donald Verônico, com a necessidade de primeiro contratar a pessoa para depois fazerem
49 a triagem, tomando como base o CADÚNICO para melhor seleção dos beneficiários. Dada à palavra mais
50 uma vez a comissão, após a fala dos mesmos, o Sr. Igor se posicionou pela comissão, mantendo a decisão de
51 não aprovação do projeto, acrescentando que o CADUNICO seria um meio de seleção dos beneficiários, mas
52 não havia uma proposta de como seria feito a seleção dos demais que não estariam no CADÚNICO, se seria
53 pela renda per capita ou outro tipo de estudo. E o contato telefônico, informado pelo Senhor Donald
54 Verônico, com as famílias não seria instrumento de critério metodológico de seleção e reiterou a não
55 aprovação do projeto em nome da comissão. O Sr Wilson Bregochi Jr disse que o instrumental não prevê
56 todo mundo da família para aferição da renda per capita, não sendo possível essa identificação e na lista

57 também não indicava idade, em quais projetos os possíveis beneficiários já estariam incluídos, sendo que
58 alguns projetos já estão ofertando cestas, como o “Sou Jovem” e isso tornou a identificação dificultosa e
59 muito solta. Sem mais nenhuma manifestação a registrar, foi procedida à votação. Os Senhores Conselheiros
60 Fernanda de Souza Santos (/Pró-Viver/ Comissão), Igor Braga Perrone (Arcanjo Rafael/Comissão), Rita
61 Raquel Calenda Vaz (OAB-Santos/Comissão), Selley Storino (FSS), Ana Carolina da Silva Costa Emilio
62 (SESEG), Márcia Maria S. Do Nascimento Sertório (SEDUC), Domingos Messias de Abreu (SEFIN), Luiz
63 Otávio Galvão de Barros (SEDURB), Sueli (Sagrada Família) Claudia Diegues, Sueli Rodrigues Queiroz de
64 Almeida (Sagrada Família), acompanharam o parecer da comissão, ou seja, contrario a aprovação do projeto,
65 as Senhoras Conselheiras Raquel Rolemberg Souza (Gota de Leite) e a Senhora Claudia Diegues (Vitae
66 Domini) votaram pela aprovação do projeto, mas a Senhora Raquel enfatizou que a aprovação estava
67 condicionada as devidas adequações. A senhora Fernanda Souza, lembrou que as mesmas já haviam sido
68 solicitadas, quando da retirada do projeto na AGO, porém não foram atendidas de acordo com as
69 necessidades de adequação apontadas. A Senhora Ercilla Maria Vargas Wiggert não votou visto não havia
70 participado da discussão devido à dificuldade de ingressar na plataforma utilizada. Por um total de 10 X 2 o
71 projeto não foi aprovado. A Senhora Presidente também votou pela não aprovação por não haver clareza de
72 critérios para a escolha das duzentas famílias, conforme foi solicitado na semana anterior em AGO, deixando
73 claro que não se questionava a relevância do projeto, mas sim o encaminhamento dado, sendo que da AGO
74 para AGE os esclarecimentos solicitados não foram atendidos integralmente. A Comissão mais uma vez
75 explicitou que não aprovou o projeto por falta dos critérios que demonstrassem como seria feita a seleção,
76 pelos proponentes, porque com pessoa ou não para fazer a seleção, os critérios deveriam ser elencados de
77 forma clara, no que foi também exposto pelo Sr Edmir Nascimento dos Santos. A Senhora Viviane
78 Aparecida Figueiras Simone, representante da Associação Leda Mascarenhas de Queiroz, informou que não
79 conseguiu acessar a plataforma online e por isso justificava a sua ausência. Passado ao **Item dois -**
80 **aprovação e deliberação pela continuidade dos projetos financiados pelo fundo.** O departamento recebeu
81 a solicitação da Vitae Domini e encaminhado a Procuradoria Geral do Município, doravante PGM, entendeu-
82 se que não poderia haver renovação em razão do edital de 2017, o Sr Filipe Augusto Rezende se colocou
83 enquanto coordenador da comissão de legislação, que a situação não foi para a câmara de legislação, pois o
84 documento só retornou com parecer da PGM, no dia nove de julho e foi remetida a Seção Casa de
85 Participação Comunitária, doravante SEPACOM, no dia seguinte dia dez de julho, sexta-feira e por isso
86 foram feitas alguma discussões isoladas no final de semana. O Sr. Filipe colocou que depois de todas as
87 leituras achava mais seguro adiar o item em pauta, para um apanhado melhor das considerações, para não
88 incorrer em equívocos que possam prejudicar as decisões e projetos, sendo assim fez um requerimento à
89 presidência para postergar a votação do item de pauta. Foi sugerido que se fizesse uma reunião tanto com a
90 Projur quanto com o MP, para dirimir dúvidas e a tomada de decisões mais precisas. Houve uma
91 preocupação quanto o tempo de tomadas das decisões e desenrolar das situações. Para agilizar as situações,
92 hoje mesmo será encaminhada para publicação a data da nova AGE independente de qualquer outra situação.
93 As Senhoras Raquel Rolemberg, Claudia Morganti falaram sobre a relevância dos projetos, sendo que a
94 senhora Claudia fez uma defesa mais específica pelo “*Bem Na foto*”, assim como à senhora Regina Passos.
95 O Sr Wilson, aproveitando a presença da Senhora Claudia Morganti, solicitou que precisamos dos retornos
96 dos relatórios sobre os andamentos dos projetos para que tenhamos sempre documentos à mão quando
97 fossem necessários. Foi lembrado mais uma vez, que projetos relevantes devem virar programas de governo
98 e que estamos conduzindo as situações para este fim junto ao poder público. Para terminar a reunião foram
99 lembrados os 30 anos da ECA e a necessidade para que haja uma participação maior de toda a sociedade em
100 torno desta importante lei. O Sr. Edmir falou da programação que teria no dia de hoje e na semana. Foi
101 finalizado com a solicitação de um olhar mais reflexivo sobre nossas crianças e adolescentes, garantindo-lhes
102 a proteção necessária para que cresçam saudáveis, imbuídos de direitos e deveres. Sem mais nada a tratar, a
103 senhora Presidente dá por encerrada a reunião e eu, Cristina de Almeida Vida M. Costa, primeira secretária
104 lavrei a presente ata que vai assinada por mim e pela senhora Presidente. Santos, 13 de julho de 2020.

105

106

107 SUZETE FAUSTINA DOS SANTOS

CRISTINA DE ALMEIDA VIDA M. COSTA

108

Presidente

1ª Secretária